



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

PROJETO DE LEI Nº 30 DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

“SÚMULA: Institui no âmbito da Administração Pública Municipal, auxílio alimentação, para os servidores ativos conforme especifica.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º.Fica instituído, a título de indenização, auxílio alimentação aos servidores ativos da Administração Pública Municipal, no valor R\$150,00 (Cento e cinquenta reais), mensais.

Parágrafo único. Não farão jus ao auxílio de que trata o "caput" do presente artigo, o Prefeito, o Vice-Prefeito, bem como os Secretários Municipais.

Art. 2º.A concessão de auxílio alimentação será feita exclusivamente por meio de cartão magnético/eletrônico, proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim de frequência do servidor.

Parágrafo único: O auxílio alimentação não será:

- I – incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- II – configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano da Seguridade Social do servidor público;
- III – caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial *in natura*.

Art. 3º. Considerar-se-á para o desconto do auxílio alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

§ 1º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados.

§ 2º Para efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede, bem como as faltas justificadas.

Art. 4º. O auxílio alimentação não será pago nas seguintes licenças:

- I - licença para o serviço militar
- II - licença para atividades políticas;
- III – licença para tratar de interesses particulares;
- IV – licença para desempenho de mandato classista.

Parágrafo único: O servidor que acumule cargos na forma da Constituição fará jus à percepção de um único auxílio alimentação, mediante opção.

Art. 5º. O auxílio alimentação será custeado com recursos do órgão da administração direta, em que o servidor estiver em exercício.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros a partir de 01º de novembro de 2014

Prefeitura Municipal de Cambará, Estado do Paraná, em 15 de setembro de 2014

João Mattar Olivato

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Justificativa

O presente projeto tem por finalidade conceder auxílio alimentação aos servidores municipais, sendo tal benefício de suma importância na medida em que facilita o pagamento das despesas de alimentação dos servidores.

A verba será oferecida a título de indenização, com o intuito de assegurar e proporcionar melhores condições de vida a quem faz *jus* ao direito, viabilizando o pagamento dos gastos alimentícios.

O auxílio alimentação não será incorporado a qualquer título ao vencimento ou remuneração do servidor beneficiado e não servirá como base para previdência e imposto de renda. Por sua natureza indenizatória não é considerado no índice de gastos com pessoal.

O valor individual do auxílio alimentação corresponde a R\$150,00 (Cento e cinquenta reais). Cabe ressaltar que o benefício será custeado integralmente pelo município sem previsão de qualquer participação no custeio, por parte do servidor.

Diante do exposto e certo da importância do projeto de lei em tela, solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

João Mattar Olivato

Prefeito Municipal de Cambará